



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
TAQUIGRAFIA**

C Â M A R A M U N I C I P A L D E M A U Á

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2020**

PRESIDENTE – VER. MANOEL LOPES DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS – Sr. VALTERMIR PEREIRA

- Às 09h23min, o Senhor Presidente, Vereador Manoel Lopes, dava por aberta a presente Audiência Pública -

O Sr. PRESIDENTE – Bom dia a todos.

Declaro aberta a presente Audiência Pública, realizada em conformidade com o parágrafo único, inciso I, Artigo 48, da Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal, regulamentada nesta Edilidade pela Resolução número 04, de 25 de outubro de 2001.

Esta Audiência refere-se à apresentação e discussão do Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa das administrações direta e indireta do município de Mauá, para o exercício de 2021, orçamento 2021.

A presente audiência, de acordo com a citada Resolução, constará das seguintes partes:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ TAQUIGRAFIA

Exposição pelo representante do Poder Executivo; manifestação dos Parlamentares; manifestação dos representantes de entidades; manifestação dos presentes; réplica pelo representante do Poder Executivo e pelos Secretários Municipais citados nas exposições e encerramento.

Quero registrar que a Sr. Prefeito Municipal, foi oficiado, comunicado, assim como os Secretários Municipais, e que, em conformidade com o parágrafo 4º, do Artigo 32 do Regimento Interno, a convocação da presente audiência foi feita por publicação eletrônica no Diário Oficial do Município.

Quero registrar que esta Audiência está aberta a população, sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal na internet e que qualquer manifestação poderá ser encaminhada a qualquer momento para o email audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br.

Quero registrar e agradecer a presença do Secretário de Finanças, Sr. Valtermir Pereira; do representante do Vereador Chico do Judô, Sr. Amauri Junior; do Vereador Pastor José; da Rosemeire e da Adriana que fazem parte da equipe do Sr. Valtermir Pereira e também do Edilson da Secretaria de Finanças.

Agradeço a presença de todos os funcionários do Legislativo que estão dando apoio a este Vereador na condução da presente Audiência Pública.

De acordo com o Regimento, teremos agora a exposição pelo Secretário, Valtermir Pereira.

Lembrando aos que nos acompanham pela internet que podem enviar as suas perguntas para o email audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br não esquecendo de colocar a sua identificação e a entidade que representa.

Registro aqui a presença do Vereador Adeldo Cachorrão e da Sra. Cristiane, representante do Secretário de Cultura.

Com a palavra o Sr. Valtermir Pereira.

O Sr. VALTERMIR PEREIRA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS –

Bom dia a todos. Agradeço a presença dos nobres Vereadores e de seus representantes e dos funcionários da Casa. Cumprimento os internautas que nos acompanham no momento.

A nossa Audiência Pública é referente ao Projeto de Lei que trata da lei orçamentária anual para o ano de 2021. Esse orçamento terá uma peculiaridade, pois durante a apresentação, vamos dar alguns valores, porque estamos num momento de transição para alteração das atribuições da autarquia SAMA. Como ainda não tem a definição do momento que vai ocorrer essa transição, quando a Sabesp tomará as atividades da concessão de água, nós tivemos que manter a mesma previsão para a SAMA, como se ela fosse conduzindo durante o ano, até o momento da transição.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ TAQUIGRAFIA

Essa transição mexe com algumas Secretarias do Executivo. As atribuições que lhes foram estabelecidas terão algumas atividades da Secretaria de Serviços Urbanos, da Secretaria de Habitação e da Secretaria de Meio Ambiente. Durante a exposição informaremos alguns detalhes.

(Nota da Taquigrafia: neste instante o Secretário de Finanças inicia a apresentação do relatório).

O Sr. VALTERMIR PEREIRA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS –
Agora nos colocamos a disposição para os devidos esclarecimentos necessários.

O Sr. PRESIDENTE – Feita a exposição, agora teremos a manifestação dos Srs. Vereadores, que terão 05 minutos para cada manifestação.

Com a palavra o Sr. Amauri Junior, Ex-Vereador da Casa e representante do Vereador Chico do Judô.

O SR. AMAURI JUNIOR – Bom dia a todos, ao Presidente Manoel Lopes, ao Sr. Valtermir Pereira, que fez uma exposição bem transparente.

Eu tenho duas perguntas a fazer, a primeira de aspecto conceitual e a segunda é uma curiosidade para saber em quanto está.

Primeira pergunta: o manual do Tribunal de Contas tem alguns cuidados no último ano de exercício. Quando o Tribunal de Contas fala: “Consideradas as despesas nos últimos 03 exercícios”, ele entende como as despesas empenhadas, as despesas liquidadas ou as despesas pagas?

Eu pergunto isso, porque ao observar o portal da transparência, a gente nota que há um distanciamento muito grande entre o que é empenhado e o que é liquidado e, principalmente, o que é pago.

Eu gostaria de saber conceitualmente o que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo entende como despesa: é aquele quando tem o efetivo pagamento ou só da liquidação já basta?

A segunda pergunta: qual o percentual que corresponde as despesas de pessoal e encargos sociais da Prefeitura, da SAMA e da ARSEP e o consolidado no nosso município?

Aqui foram demonstradas as despesas, mas não tenho esse percentual.

Eu sei que para esse exercício, já fruto de audiências anteriores, foi comentado que os próprios critérios estavam sendo adequados. Eu não sei se nesses dados já estão com esses critérios e quanto está esse percentual hoje, quanto se estima esse percentual de despesas com pessoal e encargos sociais.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
TAQUIGRAFIA**

Estou aqui representando o Vereador Chico do Judô.
Agradeço pela participação.

O Sr. PRESIDENTE – Com a palavra o Sr. Valtermir para a resposta.

O Sr. VALTERMIR PEREIRA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS – Quando você fala do manual do Tribunal de Contas, da comparação dos 03 últimos exercícios, normalmente no último mês do exercício, quando fechamos, temos que anular todas as despesas empenhadas que não seriam liquidadas e teríamos que manter as despesas empenhadas, cuja liquidação poderá ocorrer em janeiro e fevereiro do próximo ano, para que os restos a pagar inscritos tenham o título do empenhamento.

A comparação deve ser feita pelo empenhado, que é como é fechado os balanços financeiros e patrimoniais em cada exercício.

A comparação que eles fazem é mais para uma análise de auditoria para verificar o quanto aumenta a despesa de um ano para outro e também com relação às receitas, quanto ela vai variando, se não tem uma super estimativa de receita que corresponderia também a um superfaturamento de despesa.

Com relação às despesas de pessoal, eu não trouxe nesta Audiência, mas temos hoje aproximadamente 34% até fechar o exercício. Foi o que fizemos no 2º quadrimestre, quando apresentamos Audiência Pública da LRF.

Os novos critérios é que a partir de 2021, se não foi postergado.

Então, nós teríamos que incluir todas as despesas com pessoal terceirizado, que recebe recursos públicos do município.

Tínhamos o principal contrato que é da gestão plena do Hospital Nardini e teríamos a despesa com o pessoal das entidades sem fins lucrativos, que recebem em cooperação técnica.

Este ano, desde janeiro, nós já estamos tomando cuidado, porque nas demonstrações das despesas das entidades e da Fundação ABC, já distribuem o quanto é destinado ao pessoal de cada entidade e quanto equivale as demais despesas, fechando a prestação de contas do que eles recebem.

A nossa projeção está entre 41 e 43%. Está bem abaixo do teto prudencial que acho que é 51,6 e tem outro teto que o Tribunal de Contas faz um comparativo. Nós estamos bem abaixo do teto.

O Sr. PRESIDENTE – Então, Sr. Valtermir, para eu entender, quando o Prefeito Átila assumiu o governo, nós tínhamos mais ou menos 121 milhões de restos a pagar e ele pagou apenas 33 milhões.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
TAQUIGRAFIA**

O Sr. VALTERMIR PEREIRA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS –

A conta não é bem assim. Nós temos que cumprir um artigo da lei de licitações 8.666, citando aqui o artigo 5º, e que temos que cumprir uma ordem cronológica de vencimentos.

Muitas administrações, quando assumem, querem dar entendimento de que esses restos a pagar que seriam transferidos, são da outra administração e então: “Ah, não vamos pagar isso aqui. Vamos pagar o que nós tivermos de compromisso para frente”.

É uma teoria que eu discordo, porque nós analisamos o município e não o Prefeito. O Prefeito é pessoa física, tem número de CPF, mas o município é pessoa jurídica. Então, quem deve não é o Prefeito, é o município, a pessoa jurídica com os seus fornecedores.

Então, na medida em que vamos cumprindo a ordem cronológica, nós estamos pagando parte dos 121 e assumindo novos compromissos. Ano a ano, nós temos que ir agindo da mesma forma, pagando os mais antigos e acumulando os novos.

O que eu quis dizer aqui é quando foi assumido em janeiro de 2017, tinham aproximadamente 121 milhões e agora em agosto, estamos com 88 milhões.

Nós pagamentos de despesas já vencidas, mesmo as de 2016, a gente não tem mais nada a pagar. Só temos agora despesa de 2018, 2019 e do ano corrente, que estaria em 88 milhões.

Então, entre o que fomos pagando e os compromissos que assumimos, nós estamos reduzindo essa dívida em aproximadamente 35 milhões.

O Sr. PRESIDENTE – Aqui também deu a entender que dentro do parcelamento da Caixa Econômica, por exemplo... Eu sei que ao término do contrato o que estiver lá é morto, mas da dívida mesmo em si, foi pago, pago, pago e não vai surtir efeito nenhum de abaixar o valor que foi feito o parcelamento, pelo contrário, ele só vai aumentando.

É uma das preocupações que este Vereador sempre teve e V Exa. sabe muito disso.

Até agora o Legislativo não recebeu nenhuma notificação do Tribunal de Contas para a gente saber e só se ouve falar através da imprensa, mas como está o posicionamento do Tribunal de Contas nas contas do Poder Executivo 2017, 2018 e 2019?

O senhor teria um parecer do Tribunal de Contas de quais contas foram aprovadas? Todas ou tem alguma que foi rejeitada e está no Tribunal de Contas com recurso?



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
TAQUIGRAFIA**

O Sr. VALTERMIR PEREIRA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS –

Pela ordem, eu vou responder sobre a Caixa Econômica. Nós ainda temos no contrato e não conseguimos reduzir esses juros de 8,35% ao ano. Nós entendemos que esses juros são abusivos diante da Taxa Selic que ficou bem reduzida e também diante do cenário nacional.

Eu já expliquei aqui em audiências anteriores que o contrato com a Caixa para que tivesse uma redução de parcela inicial compatível com a disponibilidade do município, foi previsto ali um carregamento anual de 6%. Esse carregamento anual teve uma redução inicial das parcelas que seriam quase na faixa de 04 milhões, para 02 milhões, 750. Esse carregamento vai suprimindo esses juros que foram reduzidos até o final do contrato que foi para 20 anos, 240 parcelas.

Então, anualmente nós temos uma correção só de juros e carregamento de 14,35%. Ocorre que quando pagamos as parcelas, esses juros que são embutidos em cada parcela, eles acabam sendo maiores do que o principal da dívida.

Até hoje estamos pagando mais juros do que o principal.

Por isso a dificuldade de reduzir o valor principal.

Entendemos que quando chegar ao final do contrato não vai ter valor residual, porque essas prestações serão corrigidas anualmente, para quando chegar na 240ª prestação, o contrato ficar zerado.

O que eu disse agora é que por conta da redução da arrecadação, a Lei Complementar 173 permitiu que transferíssemos, suspendêssemos as parcelas da Caixa para o restante das parcelas do contrato.

Isso corresponde mais ou menos a 20, 21 milhões de reais neste ano, que serão distribuídos ao longo das demais parcelas.

Com relação as nossas contas, o conhecimento que temos é que todas elas foram julgadas irregulares.

Qual o principal fator do julgamento que está também em fase de recurso? É a aplicação no ensino.

O Tribunal tem glosado algumas despesas de ensino e a gente até diz que é interessante, pois até 2016 eram aceitas regularmente e, a partir de 2017, deixou-se de aceitar. A maior despesa glosada pelo Tribunal é a de limpeza das escolas. Deve estar na faixa de 01 milhão e 800, quase 02 milhões.

Glosaram também o monitoramento das escolas e também houve entendimento que essas despesas não eram aplicadas no ensino.

Então, nós estamos em fase de recurso, procurando demonstrar que de certa forma elas colaboram para o ensino, pois como teremos desenvolvimento do ensino nas salas de aula, se elas não tiverem a limpeza, a higienização e tudo mais.

Estamos tentando demonstrar essa situação ao Tribunal de Contas.

Isso se repete em 2017 e 2018.

Em 2019 ainda não saiu, mas também é isso basicamente.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ TAQUIGRAFIA

O Sr. PRESIDENTE – Secretário, entre 2014, 2015, 2020, nós conseguimos 01 milhão em recursos para a pavimentação da Vila Guarani. Nós acabamos perdendo esse 01 milhão de reais.

Inclusive, foram enviados 500 mil pelo então Deputado Federal Rodrigo Garcia e mais 500 mil pelo Deputado Geninho Zualini e a Prefeitura não conseguiu buscar esse recurso por inadimplência da Secretaria de Segurança Pública.

Um recurso do Governo Federal que veio para a cidade, para fazer monitoramento com câmeras e equipamentos.

O parecer do Tribunal de Contas da União, se não estou equivocado, foi contrário a prestação de conta, nesse processo. Por isso que perdemos 01 milhão.

Eu concordo plenamente quando V Exa. diz que o Prefeito é um CPF e a Prefeitura tem o seu CNPJ.

Então, a partir do momento que o senhor se torna Prefeito da cidade, não importa o Prefeito anterior, a responsabilidade passa a ser do senhor, porque o senhor é o representante do Poder Executivo.

Então, eu gostaria de saber do senhor se já foi regularizada essa situação, pois a gente pode correr atrás de recurso para o município, trazer o recurso e chegar aqui, o município não receber e o Deputado enviar a outra cidade do interior?

Quero saber do senhor quando é a data desse processo e se essa questão já foi resolvida?

O Sr. VALTERMIR PEREIRA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS – Presidente, primeiro: em cada recurso recebido pelo município – por subvenção, ou por emendas, ou por aplicação – a responsabilidade é da Secretaria gestora...

O Sr. PRESIDENTE – Secretário, deixando bem claro que não estou dizendo que a responsabilidade é do senhor. Tanto que citei que a responsabilidade é da segurança pública, mas o Prefeito é um só.

O Sr. VALTERMIR PEREIRA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS – Presidente, eu estou tentando responder. A responsabilidade é da Secretaria gestora.

Então, até onde nós acompanhamos, foram feitas algumas gestões com a Secretaria de Segurança Pública, para tentar modificar o entendimento, para que se aceitasse a forma como foram aplicados esses recursos.

Parece que o grande problema era que os recursos tinham que ser aplicados em câmeras, monitoramento de vias públicas, e parece que havia tido algum desvio.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ TAQUIGRAFIA

Estava tentando se provar que a aplicação estava correta, mas até onde nós tínhamos conhecimento na Secretaria de Finanças, não conseguiram êxito e nós vamos ter que devolver. Era mais ou menos 03 milhões e 100, não sei o quanto estaria hoje, acredito que mais de 04 milhões.

Só que tudo isso depende da solução lá dos recursos que foram feitos.

Mesmo na atual gestão, não se esqueceu disso, estão tentando modificar o entendimento da Secretaria de Segurança Pública da União.

Vai chegar um momento que nós teremos de devolver esse recurso.

Só quando a gente devolver, ou quando obtivermos êxito no recurso, é que essa pendência vai sair do (*inaudível*).

O SR. PRESIDENTE – Esse processo não está impedindo de vir mais outros tipos de recursos?

Anunciam muitas reformas, mas nunca iniciam, desde a época do ex-Prefeito Donisete Braga.

Esse processo aqui é da época do Donisete Braga, o Secretário era o Carlos Tomaz.

O Sr. VALTERMIR PEREIRA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS
– Que depois retornou na atual gestão e era um dos Secretários da Segurança Pública Municipal que estava tentando reverter essa situação junto ao Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE – Foi justamente quando o Geninho Zuliani mandou os 500 mil para Mauá.

Mas esse processo está impedindo a virem outros tipos de recursos?

Porque se não vieram os 500 mil para recapeamento, automaticamente os outros também.

O que eu sei é que o Governo Federal está repassando recurso para a área da saúde, pois não está vinculada uma coisa na outra.

O Sr. VALTERMIR PEREIRA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS
– Vieram alguns recursos também para os terminais, só que era de projetos anteriores.

Eu acredito que tenha um setor junto à Secretaria de Governo que acompanha todas essas prestações de contas, convênios, os recursos externos, e é muito provável que tenha algum tipo de encaminhamento de suspensão, até que se defina o recurso que foi apresentado na Secretaria de Segurança Pública.

Nós vamos até levantar o processo para poder dar alguma resposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ TAQUIGRAFIA

O SR. PRESIDENTE – Nós perguntamos para nossa assessoria, a Arlinda, a respeito da manifestação da população e de Secretários.

Lembrando que deixamos a internet à disposição da população mauaense e para os que não puderam comparecer à audiência pública, e até este exato momento não houve manifestação.

A Câmara Municipal de Mauá fez a divulgação e na terça-feira, ao final da sessão ordinária, o Presidente anunciou a audiência pública para todos os Vereadores.

A nossa parte nós estamos fazendo com bastante carinho e responsabilidade.

Não há perguntas das entidades, não há perguntas dos Secretários e nem dos internautas.

Dando prosseguimento, pergunto se há alguém que queira se manifestar?

Daremos um prazo de 02 minutos para que possam enviar perguntas ao email: audienciapublica@camaramaua.sp.gov.br.

(Nota da Taquigrafia: neste instante o Presidente aguarda 02 minutos para manifestações).

O SR. PRESIDENTE – Não havendo manifestações, passo a palavra ao Secretário, Sr. Valtermir Pereira, para as considerações finais.

Já gostaria de deixar claro aqui que é a última audiência que nós estamos fazendo nesta gestão, gostaria que estivessem os 23 Vereadores.

Quero, de coração, agradecer o Vereador Pastor José, que, mesmo no silêncio, não deixou de participar de uma audiência pública que a comissão de finanças fez nesta Casa.

Também o Amauri Junior que esteve em todas as audiências públicas representando o Vereador Chico do Judô.

O Vereador Cachorrão já esteve aqui também hoje presente, mas por outros compromissos já se ausentou.

Com a palavra o Secretário.

O Sr. VALTERMIR PEREIRA, SECRETÁRIO DE FINANÇAS
– Quero agradecer o convite que nos foi enviado.

Agradecer também o Prefeito Átila Jacomussi pela indicação nessa exposição.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ TAQUIGRAFIA

Agradecer a presença do Vereador Pastor José, do Amauri, que sempre estiveram conosco, pelas perguntas, e mesmo o Pastor José em seu silêncio, ele tem anotado tudo e muitas vezes nos procura ou na Secretaria ou pelo telefone para tirar algumas dúvidas.

Agradecer também, mesmo que não tenha tido perguntas, os internautas, tenho certeza de que muitos acompanharam toda essa audiência. Infelizmente essa audiência é muito técnica, muito cheia de números, temos dificuldade de tornar uma linguagem mais simples.

Uma cópia dessa audiência estará arquivada aqui na Câmara Municipal e também nós temos cópia de todas essas audiências lá na Secretaria de Finanças.

Estamos à disposição de qualquer Vereador, munícipes, para responder a quaisquer dúvidas que possam existir.

Se no momento não tivermos a resposta, *nos* comprometemos a buscar respostas para atender os interessados na coisa pública.

Quando falamos em administração pública, a administração e o orçamento só existem com a participação dos munícipes, é a população que faz com que exista a administração e todo controle orçamentário.

É responsabilidade de cada Executivo atender os anseios da população, dentro das limitações em que o município tenha a sua arrecadação, mesmos com os repasses dos governos estadual e federal.

Agradeço também ao Sr. Presidente, Vereador Manoel Lopes, a deferência que tem dado a minha pessoa.

Como ele disse, esta é a última audiência da administração 2017-2020.

Mesmo após esse exercício, como servidor público que sou há praticamente 50 anos, ainda me coloco à disposição daqueles que queiram me procurar, mesmo fora da Prefeitura, ou fora do exercício do cargo público, estarei sempre à disposição enquanto Deus me der saúde e o entendimento necessário para as respostas.

Agradeço por todo esse período em que nós aqui estivemos nesta Casa Legislativa apresentando uma matéria que é muito pesada, porque as explicações são muito técnicas.

Obrigado a todos e que nós tenhamos uma boa consciência, pois estamos muito próximos de eleger o nosso próximo administrador.

Que Deus abençoe a todos nós, que nos ampare, dando a nós a consciência, a esperança e o entendimento para as causas físicas e divinas.

Obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ TAQUIGRAFIA

O SR. PRESIDENTE – Dando prosseguimento às palavras do nosso Secretário Valtermir Pereira, e nos preparando para o encerramento da audiência pública, hoje estamos fazendo a última audiência pública da gestão 2017-2020, do Prefeito Átila Jacomussi.

Estamos encerrando também um compromisso deste Vereador, nesses últimos 02 anos, como Presidente da Comissão de Finanças desta Casa.

Tivemos, sim, algumas falhas, mas as nossas falas foram no objetivo de acertar.

Quero dizer a todos que estão nos assistindo e nos acompanhando que este Vereador Manoel Lopes está realizando esta última sessão como Presidente da comissão de finanças.

Nós estamos aí participando do pleito, não vamos aqui fazer propaganda nenhuma.

Se a população aceitar o nosso retorno, estaremos aqui à disposição dos cidadãos mauaenses.

Quero agradecer a todos que estiveram conosco nessas audiências públicas, a sua equipe: a Rosimeire, a Adriana, o Edilson, a Cristiane, o representante da Cultura.

Temos que lembrar também que sem essas pessoas não conseguiríamos realizar esta audiência pública, que são: a Karina e o Ambrósio, nossos taquígrafos, o Fábio, o Adalberon, a equipa da Administração da Casa, em nome de nosso diretor Luiz Cláudio, a minha assessoria do gabinete, e o carinho que a população sempre teve com o Vereador Manoel Lopes.

É gostoso repetir aqui, eu sempre digo para que a população não faça julgamento de qualquer ser humano com apenas um cisco. Você julgar a minha pessoa por causa de apenas 01 cisco em meu olho.

É melhor dobrar os joelhos, orar, para verificar e ter certeza de que no seu não tem um travessão.

Antes de fazer um julgamento, analise friamente a sua situação, não julgue ninguém precipitadamente.

Passamos por uma turbulência muito grande aqui nesta Casa e na nossa cidade, mas estamos todos de '[e, porque Deus disse a nós na bíblia, não existe uma árvore que suas folhas são iguais, elas todas caem e logo brotam novamente, vêm à tona. Sempre em sua época certa.

Esse é o pedido do Vereador Manoel Lopes, para que antes de fazer qualquer julgamento de qualquer ser humano, analise primeiro se nos seus olhos não tem um travessão.

A gente tem que analisar que o pecado não é só para quem rouba um banco, o pecado também pode ser de um roubo de um caixa de supermercado, quando você faz de conta que não viu que o funcionário deu o troco errado e você leva para sua Casa, vai sair do salário dele aquele dinheiro.

O pecado é do mesmo tamanho, todos são iguais.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAUÁ
TAQUIGRAFIA**

Cumprindo todas as fases da audiência pública, agradeço mais uma vez a presença de todos e esclareço que toda a documentação gerada por esta audiência será juntada ao respectivo processo e encaminhada por cópia de inteiro teor à Secretaria de Finanças, bem como ao Departamento Contábil e Financeiro desta edilidade para os encaminhamentos legais.

Quero encerrar dizendo: “Senhor, a minha fé remove qualquer montanha, isso que eu aprendi dentro das dificuldades que eu passei aqui dentro desta Casa, por isso eu peço proteção divina eterna”.

Obrigado, meu Pai, por mais esse dia.

Obrigado a todos.

ENCERRA-SE A AUDIÊNCIA ÀS 10h59min.